



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 17/2020, em que é recorrente **Evener Rosário de Pina** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 56/2020

I – Relatório

1. **Evener Rosário Martins de Pina**, melhor identificado nos autos, veio nos termos do artigo 20.º, n.º 1, da Constituição, conjugado com os artigos 3.º, n.º 1, alínea a), e 5.º, n.º 1, da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (Lei do Amparo), interpor recurso de amparo contra o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 17/2020, de 10 de junho, proferido nos Autos de Recurso Crime n.º 23/17, alegando que:

1.1. *“No duto acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, pouco se fez, no que tange as questões para a sua reapreciação, designadamente: A violação do direito do contraditório relativamente ao arguido Evener, relativamente às declarações dos co-arguidos; Violação do princípio da presunção da inocência na sua vertente do in dubio pro reo; Omissão de pronúncia relativamente as questões ventadas pelo recorrente; Violação do princípio da verdade material; Violação do princípio da proporcionalidade na aplicação da pena de prisão, bem como o princípio da legalidade processual.*

1.2. *O acórdão aventadas pelo recorrente, ora confirmada, parcialmente pelo Supremo Tribunal de Justiça ao (...) decidir não absolver o arguido violou o princípio da presunção de inocência no seu corolário do princípio do in dubio pro reo.*

1.3. *A prova assenta apenas no depoimento dos co-arguidos, que é parte interessada na causa, nomeadamente na sua atenuação, pelo que a sua falta de isenção e distanciamento em relação à causa deveria ser tida em consideração, pelos tribunais a começar da tribunal de julgamento até chegar de revista – STJ.*

1.4. *É de se notar, que os depoimentos dos co-arguidos não foram nem espontâneos nem credíveis.*

1.5. *A prova produzida em audiência de discussão e julgamento não foi, com o devido respeito, submetida a uma análise crítica à seria, como impõem as regras da experiência, pelo que extrapolou os limites do princípio da livre apreciação da prova.*

1.6. *Por se considerar incorrectamente julgada a matéria de facto, uma vez que existem fundadas dúvidas a certo da veracidade do depoimento dos co-arguidos, existe uma dúvida que só pode ser valorada a favor do arguido.*

1.7. *Se não existe certeza de que o arguido cometeu tais crimes, existe pelo menos uma dúvida razoável, que impõe ao tribunal recorrido valoriza-la a favor do arguido, mormente tratando-se de um tribunal de revista.*

1.8. *Não o tendo feito, o Supremo Tribunal de Justiça, violou (...) o princípio de livre apreciação da prova e o princípio in dubio pro reo, pois, o Acórdão do STJ é tão enxuto, e trata-se as questões dos direitos liberdades e garantias fundamentais dos arguidos, incluindo o Recorrente a presa e sem qualquer sustentáculo jurídico-constitucional a que que espera.*

1.9. *(...) no processo penal não há um ónus de prova: o princípio da investigação obriga o tribunal a reunir as provas necessárias à decisão, pelo que não se pode basear apenas em torno do artigo 177º do CPP, ou ainda nas declarações dos co-arguidos, que de resto são todos descabíveis, incoerente, interesseiras e atabalhoadas, e muito menos nas declarações da testemunha José Spencer, ao afirmar que conhecia o arguido pela voz, e pela forma de andar, bem como pelas imagens da camara de vigilância do banco BCN;*

1.10. *O (...) recorrente (...) sempre refutou tais acusações, inclusive teve brigas com os demais co-arguidos porque estavam a tentar criar uma personagem que recaia sobre o recorrente EVNER, para poder safar uma determinada pessoa.*

1.11. *(...) como tentaremos demonstrar (...), a prova contida nos autos e produzida em sede de audiência de julgamento é manifestamente insuficiente, para não dizer que falte, para que o tribunal fosse conduzido a formar a sua convicção a ponto de condenar o*

arguido, ora recorrente numa pena tão pesada, pena essa que foi reduzido nos sucessivos recursos.

1.12. (...) são falsas as declarações do arguido Fredson Jorge da Cruz, dos autos, quando refere-se que o requerente, Evener Rosário Martins de Pina, participou no assalto.

1.13. Afinal, segundo as declarações do arguido Flávio, havia uma outra pessoa que participou no assalto.

1.14. Prova disso é que acabara por ser detido, estamos a falar do arguido Hianique Santos, que por sinal é amigo de peito de Fredson;

1.15. Indiciariamente, e segundo as informações veiculadas nas Mídias e na comunidade em geral, o assalto ao BCN, à mão armada, foram perpetuadas por três indivíduos, todos encapuzados. Que são eles?

1.16. O arguido, interrogado, negou a participação dos factos que lhe são imputados, argumentando e explicou de forma detalhada todos caminhos que ele percorreu, especificando, porem, o momento em que se iniciou o seu trabalho ate ao anoitecer, bem como, mencionou os nomes das pessoas que encontrou e acompanhou, ele recorrente em horas e locais distintos, tudo no dia do acontecimento dos factos;

1.17. Bastava-se ao tribunal da primeira instância, esclarecer estes factos, em nome da descoberta material dos factos, com base nas diligências processuais típicas de acareação dos arguidos, e audição de algumas testemunhas e não sujeitar o arguido como sendo objecto de prova.

1.18. Infelizmente quando as referidas diligências foram requeridas pela defesa dos mesmos, imediatamente foi indeferida.

1.19. O arguido, ora recorrente, no dia do acontecimento dos factos – 296/12/2017, em nenhum momento esteve juntamente com os outros arguidos.

1.20. As autoridades judiciárias, efectuaram-se a competente busca na casa do arguido, mas não encontraram nenhum objecto, bens e valores, que liga o recorrente, ao crime e muito menos aos agentes do crime, conforme podeis visualizar a fls. 164 dos autos.

1.21. *No seu aparelho de telemóvel, apreendidos nos autos, não há nenhuma chamada recebida, efectuada ou perdida, onde consta os números dos outros arguidos.*

1.22. *O arguido, ora recorrente, limitou-se a falar a verdade dos factos ipsis verbis, mas o tribunal da primeira instância, achou por bem, dar credibilidade as declarações dos co-arguidos, designadamente o Fredson e Adilson, sem qualquer razão de ciência e apreciação crítica da mesma, e inusitadamente o STJ, fez o mesmo trabalho.*

1.23. *Ao abrigo do artigo 85.º do código de processo penal: “Se houver vários arguidos a que se imputa a prática da mesma infracção, os interrogatórios far-se-ão em separado, sem prejuízo de, se tal se afigurar necessário para a descoberta da verdade, se proceder depois à prova por acareação.”*

1.24. *Acontece que, o tribunal da primeira instância, não procedeu depois à prova por acareação, que se afigurava necessário, para a descoberta da verdade, uma vez que as declarações do arguido Evener, do arguido Fredson e dos outros arguidos, são totalmente contraditórias e incoerentes entre si, violando assim o princípio do contraditório, e bem assim o princípio da verdade material dos factos em que foram acusados, sem estar no mínimo na posse de provas que corroborassem com aquelas declarações;*

1.25. *Por outro lado, a valorização das declarações feita por um co-arguido em prejuízo do outro co-arguido não pode valer como meio de prova, quando o outro co-arguido, na sua instância, negou os factos que motivaram a sua detenção. Aqui, é de retirar valor probatório a declarações totalmente contraditórias e subtraídas ao contraditório (cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2015 proc. N.º 41/13.8GGVNG – B.S1).*

1.26. *Por outro lado, ao abrigo do artigo 378º n.º 2 e 3/a do CPP, deviam valer as regras gerais de produção de prova e não apenas a confissão dos co-arguidos relativamente a negação do recorrente tendo em conta que a alegada confissão dos co-arguidos não são integrais e sem reservas, e, muito menos são coerentes relativamente a cada uma delas.*

1.27. *O douto acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, ao confirmar a decisão do tribunal de Relação de Barlavento, reduzindo apenas a pena de prisão, muito longe da justiça e da efectivação da justiça material, violadora dos princípios da necessidade da*

pena e da culpa (ver artigo 45.º n.º 3, ex-vi do artigo 83.º n.º 1, todos do CPP) assim como de diversos preceitos constitucionalmente consagrados, deixando-o efectivamente privado da sua liberdade desde o dia 02 de Janeiro de 2018, sem lhe dar, porém, simultaneamente, a conhecer a específica exigência cautelar cuja tutela imediatamente se impunha no caso concreto, e bem assim as provas, que sendo relevantes, justificaram a tal condenação, ora reduzida.

1.28. Termina o seu arrazoadado da seguinte forma:

“Por todo o exposto e sem mais delongas, sempre com o mui douto suprimento de Vossas Excelências, e em conformidade com a Lei aplicável e a Constituição da República, norma superior e vinculante, deve o Tribunal Constitucional, guardião das liberdades, considerar nulo o citado Acórdão n.º 17/20, proferido nos Autos de Recurso Crime n.º 23/2019, por violação do (1) direito à presunção da inocência dos arguidos, na veste do princípio do in dubio pro reo, (2) princípio da legalidade processual (3) o princípio do contraditório e seu exercício, (4) princípio da verdade material, estando assim recheado de vícios e contradições jurídicas insanáveis, e manifesta inconstitucionalidade, como já se provou abundantemente, determinando, pois, em coerência, a imediata absolvição do arguido, como manda, aliás, o mais elementar princípio da Justiça, concedendo definitivamente amparo constitucional ao arguido, ora recorrente.”

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso.

Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o douto parecer constante de fls. 15 a 17 dos autos, tendo feito doughtas considerações, terminou, pugnando pela admissão do recurso, nos seguintes termos:

“(…) 5. Da análise da petição, única peça que integra o processo até ao momento, afigura-se que estão preenchidos os pressupostos previstos no n.º 1 do artigo 3º, 4º 5º n.º 1 da Lei do amparo; Com efeito, se como alega o recorrente a 15 de junho de 2020 (ver fls. 13 in fine) e o recurso de amparo constitucional foi interposto a 3 de julho de 2020, fica salvaguardada a tempestividade do recurso interposto, considerado os termos dos artigos 1º, 3º n.º 2, 5º n.º 1 todos da lei do amparo, conjugado com o artigo 137º do Código de Processo Civil.

6. O recorrente alega ainda que suscitou, no recurso que foi apreciado para o STJ, a violação dos referidos direitos fundamentais e regras processuais, e os mesmos não foram reparados.

7. Ademais, não se vislumbra que o Tribunal Constitucional tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objecto substancialmente igual.

8. Assim, porque também parece haver suficiente observância das disposições formais exigíveis nos artigos 7º e 8º da lei do amparo, afigura-se que estão preenchidos os demais pressupostos para admissão do presente recurso de amparo constitucional, ao abrigo dos artigos 3º e 16º da lei do amparo.

Do exposto, somos de parecer que o recurso de amparo constitucional interposto preenche os pressupostos de admissibilidade.”

3. Concluso o processo, o Relator houve por bem mandar oficial o Supremo Tribunal de Justiça no sentido de remeter, a título devolutivo, os Autos de Recurso Crime n.º 23/2019, os quais encontram-se apensos, por linha, aos presentes autos.

4. É, pois, chegado o momento de apreciar a presente petição do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (doravante Lei do Amparo).

II – Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da CRCV, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

“A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O recurso de amparo só pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades, e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O caráter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei do Amparo, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei do Amparo.

1.2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma conduta imputada ao Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei do Amparo.

Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo, o recurso não será admitido quando:

a) Tenha sido interposto fora do prazo

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo, o recurso não será admitido quando tenha sido interposto fora do prazo, e, nos termos do n.º 1 do artigo 5º da Lei do Amparo, *o recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.*

Tendo o acórdão impugnado sido proferido a 10 de junho de 2020 e notificado ao recorrente no dia 11 de junho do mesmo ano, o recurso de amparo foi autuado, na secretaria do Tribunal Constitucional, a 06 de julho de 2020, pelo que se mostra tempestivamente apresentado, atento o estabelecido no n.º 2 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º;

i. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.

2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”

Decorre da petição de recurso que o recorrente apresentou o seu requerimento na secretaria do Tribunal Constitucional e indicou de forma expressa que se trata de “*Recurso de Amparo Constitucional*”. Considera-se assim preenchido o requisito previsto no artigo 7.º supracitado.

ii. Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do Amparo, o recorrente deverá, na petição de recurso,

a) Identificar a entidade ou agente autor da omissão que terá lesado o seu direito fundamental;

b) Indicar com precisão o acto, facto, ou a omissão que, na sua opinião, violou o seu direito fundamental;

c) Indicar com clareza o direito que julga ter sido violado, com expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição;

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente atribuiu ao Supremo Tribunal de Justiça a responsabilidade pela violação dos direitos fundamentais que indicou.

A conduta da entidade recorrida traduziu-se, segundo o recorrente, na confirmação parcial do recurso interposto no âmbito dos Autos de Recurso Crime n.º 23/2019, pelo Acórdão n.º 17/2020, de 10 de junho, reproduzido no relatório deste acórdão, na parte que diz respeito ao impetrante.

Mencionou os princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados, sem que se tenha referido as normas constitucionais que preveem os direitos, liberdades e garantias alegadamente violados.

Apesar de ter alegado a violação do contraditório, o princípio da presunção da inocência na sua vertente *in dubio pro reo*, omissão de pronúncia, o princípio da verdade material, o princípio da proporcionalidade na aplicação da pena de prisão e o princípio da legalidade processual, no caso em apreço e tendo em conta as condutas concretamente imputadas à entidade recorrida, o parâmetro de escrutínio deve ser corrigido, ou seja, não serão aqueles direitos, liberdades e garantias indicados pelo recorrente, mas apenas o direito à presunção da inocência na sua vertente do *in dubio pro reo*, o direito ao contraditório, pelo facto de não ter sido realizada a acareação que havia solicitado e o direito à liberdade sobre o corpo, na medida em que considera que o tribunal aplicou-lhe pena de prisão excessiva que atinge a sua liberdade sobre o corpo, atento o disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei do Amparo, segundo o qual “ o *Tribunal pode decidir com fundamento diverso do invocado pelo recorrente e outorgar amparo distinto daquele que foi requerido.*” Veja-se, no mesmo sentido, os Acórdãos n.º 15/2020, 30 de abril de 2020 e 26/2020, de 09 de julho de 2020, publicados no Boletim Oficial, I Série, n.º 86, de 23 de julho de 2020 e o Acórdão n.º 33/2020, de 28 de julho, que se encontra disponível do site do Tribunal Constitucional.

A fundamentação do presente recurso é relativamente longa, apesar da exigência legal imposta ao recorrente de resumir as razões de facto e de direito que sustentam a petição. Porém, nada que não se compreenda, se tivermos em conta a pretensão do recorrente em demonstrar a contradição entre os fundamentos que conduziram à decisão impugnada e a alegada falta de provas que só podiam conduzir à sua absolvição, conforme a sua convicção.

Relativamente à exigência de formulação de conclusões nos termos estabelecidos pela alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º, também se compreende a extensão das conclusões, designadamente pelo facto de o recorrente considerar que as sucessivas jurisdições que decidiram sobre o caso não tiveram em devida conta as questões sobre a valoração da prova.

Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo:” *a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais.*

O recorrente requer que seja admitido e julgado nulo o acórdão impugnado por violação do direito à presunção da inocência na vertente *in dubio pro reo*, o princípio da legalidade processual, o princípio do contraditório, o princípio da verdade material.

Os requisitos previstos pelo artigo 8.º da Lei do Amparo têm sido avaliados sempre de forma compatível com o direito fundamental ao amparo e o Tribunal tem afirmado que mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer. Considera-se, pois, que a presente fundamentação respeita os requisitos estabelecidos na Lei do Amparo.

c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei do Amparo, segundo o qual “*tem legitimidade quem tiver interesse directo em demandar*”, não se pode negar ao recorrente a legitimidade para interpor recurso de amparo contra uma decisão que alegadamente violou o seu direito à presunção da inocência e os princípios da legalidade processual, do contraditório e da verdade material.

d) Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso

Conforme jurisprudência firme desta Corte, a exigência do esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excepcional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Por isso, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”

Na verdade, esta Corte Constitucional, através do Acórdão n.º 11/2017, de 22 de junho, publicado na I Série-n.º 42, do *Boletim Oficial*, de 21 de julho de 2017, considerou que o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, deve ser apreciado e integrado no juízo de admissibilidade a ser feito em relação a cada recurso de amparo, designadamente para se preservar a subsidiariedade desse tipo de queixa constitucional, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias e, em simultâneo, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição.

A partir desse Acórdão, o Tribunal Constitucional tem vindo a escrutinar especificadamente o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, enquanto pressuposto de admissibilidade associado ao esgotamento das vias de recurso ordinário, sendo disso exemplo o Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série, n.º 47, do *Boletim Oficial* de 8 de agosto de 2017, no âmbito do qual se firmou o entendimento de que sempre que possível é de se exigir que o recorrente demonstre ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que tenha requerido a sua reparação e que a violação não tenha sido reparada.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente invocou expressamente a violação do direito à presunção da inocência e dos princípios fundamentais já mencionados e requereu ao Supremo Tribunal de Justiça a sua reparação, tendo aquela jurisdição, através do acórdão recorrido, recusado a reparação da alegada violação.

Não sendo possível interpor, contra o acórdão impugnado, qualquer recurso ordinário, considera-se que o recorrente esgotou, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, conjugado com o estabelecido na alínea d) do artigo 16.º da Lei do Amparo, todos os meios legais razoavelmente exigíveis de defesa dos direitos, liberdades e garantias antes de requerer o amparo ao Tribunal Constitucional.

e) Manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo

A causa da inadmissibilidade do recurso prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, ao utilizar o advérbio manifestamente, exige que se tenha certeza quanto à inexistência da fundamentalidade do direito alegadamente violado, ou ausência de conexão entre esse direito e os factos concretos alegados no recurso ou ainda a certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo.

O recorrente alega que foi violado o seu direito à presunção da inocência na sua vertente do *in dubio pro reo*, ao contraditório e à liberdade sobre o corpo.

A fundamentabilidade desses direitos não parece suscitar dúvidas, desde logo pela sua inserção sistemática na Lei Magna na Parte II, Título II sobre “Direitos, Liberdade, Garantias” e Capítulo I sobre Direitos, Liberdades e Garantias Individuais, aos quais se aplicam os princípios enunciados no Título I.

Mas ainda não se pode afirmar, com grau de certeza que se exige para a formação da convicção do Tribunal, que manifestamente não foram violados os direitos acima identificados.

No que concerne à certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo requerido, ainda é relativamente cedo para se fazer um juízo de certeza quanto à manifesta inexistência desse requisito.

Devido à incerteza no que diz respeito à conexão entre os factos e os direitos alegadamente violados e à viabilidade do pedido, mostra-se prematuro afirmar-se que manifestamente não está em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo. Pelo que a decisão definitiva sobre este requisito será tomada na fase de apreciação mérito do recurso.

f) O Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual

O Tribunal Constitucional não rejeitou, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente idêntico ao dos presentes autos.

Assim, não se verifica nenhum motivo que pudesse justificar a inadmissibilidade deste recurso.

III - Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem admitir o presente recurso de amparo restrito ao direito à presunção de inocência do arguido, na dimensão in *dubio pro reo*, ao contraditório e à liberdade sobre o corpo.

Registe, notifique e publique.

Praia, 27 de novembro de 2020

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 05 de janeiro de 2021.

O Secretário,

João Borges